

*Evaristo Alfredo Maússe**

Capitalismo, marxismo e a relação homem-natureza: uma análise sobre o desenvolvimento sustentável.

RESUMO

O presente trabalho tem como objectivo analisar as possibilidades de efectivação dos ideais do Desenvolvimento Sustentável no contexto de uma relação homem-natureza determinada pelo modo de produção capitalista. O modo de produção capitalista, engajado na exploração da natureza e na busca do lucro, trouxe vários ganhos e facilidades para o mundo contemporâneo, porém, ao lado dos ganhos, encontramos inúmeros malefícios, tais como o desflorestamento, a transformação dos oceanos em lixeiras, a destruição da camada de ozono, o efeito estufa, o aquecimento global, etc. Essas consequências são uma prova inequívoca de que é urgente repensar e reformular o modo de produção capitalista e os seus princípios, a fim de possibilitar uma relação homem-natureza conducente a um Desenvolvimento Sustentável propriamente dito. Julga-se, neste artigo, que a ideia de Desenvolvimento Sustentável promovida pelas grandes organizações é, na sociedade capitalista em que vivemos, uma mera ideologia que, longe de beneficiar as gerações actuais e vindouras, visa perpetuar, de forma eufémica, os interesses da classe burguesa neoliberal. A ideia de Desenvolvimento Sustentável é insustentável numa sociedade capitalista obcecada pela busca incansável e selvagem pelo lucro, pelo que só pode haver uma relação homem-natureza conducente ao Desenvolvimento Sustentável com uma revisão pontual, estrutural e sistemática da lógica capitalista.

Palavras-chave: Capitalismo, Marxismo, relação homem-natureza, Desenvolvimento Sustentável

ABSTRACT

This paper aims to analyze the possibilities of realization of the ideals of the Sustainable Development program in the context of a human-nature relationship determined by the capitalist mode of production. The capitalist mode of production, engaged in the exploitation of nature and the pursuit of profit, has brought various gains and facilities to the contemporary world, however, alongside the gains, we find numerous evils, such as deforestation, the transformation of the oceans into rubbish dumps, the destruction of the ozone layer, the greenhouse effect, global warming, etc. These consequences are an unequivocal proof that it is urgent to rethink and reformulate the capitalist mode of production and its principles, in order to enable a human-nature relationship conducive to Sustainable Development. This article considers that the idea of Sustainable Development promoted by large organisations is, in the capitalist society in which we live, a mere ideology which, far from benefiting current and future generations, aims to perpetuate, in a euphemistic way, the interests of the neoliberal bourgeois class. The idea of Sustainable Development is unsustainable in a capitalist society obsessed by the relentless and savage quest for profit, we can only have a human-nature relationship leading to Sustainable Development with a punctual, structural and systematic revision of capitalist logic.

Keywords: Capitalism, Marxism, human-nature relationship, Sustainable Development.

INTRODUÇÃO

O modo de produção capitalista, engajado na exploração da natureza e na busca do lucro, trouxe vários ganhos e facilidades para o mundo contemporâneo. Para fazer face aos duros inconvenientes deste modo de produção, surgiu o conceito de Desenvolvimento Sustentável, cujo “objectivo” é militar em prol de uma relação-homem natureza harmónica e solidária para com as gerações actuais e, sobretudo, vindouras.

Contudo, vale questionar em que medida o Desenvolvimento Sustentável será viável sem a prévia substituição do actual modo de produção das condições materiais de existência (Capitalismo). Não será, o discurso do Desenvolvimento Sustentável, uma ideologia ao serviço das classes dominantes, concebida para mascarar os males do Capitalismo? Com que instrumentos teóricos se pode construir um sistema económico favorável a uma relação homem-natureza conducente a um Desenvolvimento Sustentável propriamente dito?

Tendo em conta a questão supracolocada, o presente trabalho visa analisar as possibilidades de efectivação dos ideais do Desenvolvimento Sustentável no contexto de uma relação homem-natureza determinada pelo modo de produção capitalista. Pretende-se, também, apresentar a relação homem-natureza na História da Filosofia; explicar os fundamentos da sociedade capitalista e a relação homem-natureza dela decorrente; elaborar uma crítica à relação homem-natureza no Capitalismo e ao programa do Desenvolvimento Sustentável.

Para responder ao problema colocado e aos objectivos formulados, recorre-se ao método de pesquisa bibliográfica e à hermenêutica como técnica de interpretação textual. O trabalho apresenta quatro secções, obedecendo à lógica dos objectivos específicos acima apresentados.

Na primeira secção, intitulada *A relação homem-natureza na história do pensamento filosófico*, faz-se um itinerário histórico da relação homem-natureza na Filosofia. Na segunda, denominada *A sociedade capitalista e a relação homem-natureza*, apresenta-se a génese e as características da sociedade capitalista, bem como a relação homem-natureza dela decorrente. Na terceira, designada *Desenvolvimento Sustentável: uma ideologia do Capitalismo?* Faz-se uma crítica ao conceito de Desenvolvimento Sustentável e apresenta-se as suas contradições. Na quarta secção, intitulada *Marxismo marxiano*¹ : *em busca de uma saída para o Desenvolvimento*

¹ O marxismo marxiano coloca o pensamento de Marx no centro do debate, procura ler Marx sem *ismos* e sem as ideais dos seus seguidores.

Sustentável, procura-se apresentar a crítica de Marx à sociedade capitalista e o seu contributo para a relação homem-natureza e para o Desenvolvimento Sustentável.

1.A relação homem-natureza na história do pensamento filosófico

Existe uma separação ou oposição entre o homem e a natureza? A resposta a essa pergunta não é linear na história do pensamento filosófico. Entre os gregos, sobretudo entre os pré-socráticos (Tales, Anaximandro, Anaxímenes, Xenófanés, Heráclito, Pitágoras, Parménides, Demócrito, etc.), não havia uma separação entre o homem e a natureza.

Em nossos dias, a natureza se *contrapõe* ao psíquico, ao anímico, ao espiritual [...] Mas para os gregos, mesmo depois do período pré-socrático, o psíquico também pertence à *physis*. A *physis* é a totalidade de tudo o que é. Ela pode ser apreendida em tudo o que acontece: na aurora, no crescimento das plantas, no nascimento de animais e homens [...] À *physis* pertencem o céu e a terra, a pedra, a planta, o animal e o homem, o acontecer humano como obra do homem e dos deuses e, sobretudo, pertencem à *physis* os próprios deuses (Bornheim *apud* Gonçalves, 2006: 29-31).

Do trecho transcrito, pode-se depreender que a ideia grega de natureza, sobretudo a dos pré-socráticos, apresenta uma amplitude e radicalidade diferente da actual. Quando o grego pré-socrático pensa na *physis* (natureza), ele não tem em mente um dado conjunto de elementos seleccionados, tais como os mares, as florestas, etc.

Quando os gregos pré-socráticos falam de natureza, eles se referem à totalidade do real: “do cosmos, dos deuses [...] do homem e da verdade, do movimento e da mudança, do animado e do inanimado, do comportamento humano e da sabedoria, da política e da justiça” (Gonçalves, 2006: 231).

É com o chamado período antropológico da filosofia grega, decorrente do apogeu da democracia, que se inicia um certo desprezo pelas pedras e pelas plantas, bem como uma forte exaltação do homem e das ideias, sobretudo com Sócrates, Platão e Aristóteles. Com esses filósofos, “inicia-se uma mudança no conceito de *physis*[...] até atingir contemporaneamente essa concepção de natureza desumanizada e desta natureza não-humana” (Gonçalves, 2006: 231).

Contudo, foi com a influência judaico-cristã que a oposição homem-natureza ganhou mais expressão. Com o cristianismo, o homem e a natureza ganham o estatuto de duas criaturas separadas, advindas da obra de Deus. Este Deus não mais é visto como um ser da natureza, tal como entendiam os pré-socráticos, mas, agora, como um ser sobrenatural. Ademais, o homem

adquire, na Idade Média, um lugar especial na natureza, dado que foi criado, tal como afirmam os cristãos, à imagem e semelhança de Deus.

Não obstante, é com Descartes, sublinha Gonçalves (2006: 33), que a oposição homem-natureza, espírito-matéria, sujeito-objecto torna-se mais expressiva e significativa na modernidade. Descartes, herdeiro crítico do medievo, criou uma oposição entre o homem e natureza ao afirmar, tal como sublinha Capra (1982: 33), que “não há nada no conceito de corpo que pertença à mente, e nada na ideia de mente que pertença ao corpo”.

Além disso, Descartes sublinha a urgência de uma educação prática, cujo fim seria dotar o homem de conhecimentos úteis à vida e ao domínio da natureza. O autor do *Discurso do Método* afirma que

[...] ao invés dessa filosofia especulativa ensinada nas escolas, pode-se encontrar uma filosofia prática, mediante a qual, conhecendo a força e as ações do fogo, da água, do ar, dos astros, dos céus e de todos os outros seres que nos rodeiam, tão como distintamente conhecemos os diversos ofícios dos artesãos, poderíamos empregá-las do mesmo modo em todos os usos a que são adequados e assim nos tornarmos como que *senhores e possesores da natureza* (Descartes, 2001: 9, grifo nosso).

Da asserção cartesiana acima transcrita, pode-se derivar dois aspectos que marcam e caracterizam a Idade Moderna no que diz respeito ao conhecimento e à relação homem-natureza, respectivamente: i) a exaltação e priorização do conhecimento pragmático (Filosofia prática, útil à vida); e o ii) antropocentrismo, que significa, tal como refere Gonçalves (2006: 33), que o homem passa a ser o centro do mundo e assume, na natureza, uma posição de sujeito, razão por que tem, o homem, de se tornar “senhor e possessor da natureza”, seu objecto.

O pensamento de Descartes sobre a relação homem-natureza tornou-se o modelo de orientação de quase toda a Idade Moderna e Contemporânea, ainda que, nesta última, tenham surgido inúmeras críticas em relação ao modo cartesiano de conceber o mundo e a relação homem-natureza (Bachelard, Bohr, Heisenberg, Morin, Capra, etc.).

Em síntese, o problema da relação homem-natureza apresenta duas correntes na História da Filosofia. A primeira, a que surge com os pré-socráticos, não estabelece uma oposição na relação homem-natureza, mas sim concebe a natureza e o homem como uma totalidade inseparável e interdependente. A segunda, que tem os seus germes no período antropológico da filosofia grega, estabelece uma oposição e uma relação de sujeito-objecto entre o homem e a natureza.

Vale sublinhar que essa relação foi levada às suas últimas consequências com a Revolução Industrial e com o triunfo da sociedade capitalista, tal como se verá a seguir.

2. A sociedade capitalista e a relação homem-natureza

O tema da presente secção será discutido à luz das reflexões de Karl Marx, o mais consequente crítico do sistema capitalista. Marx (2008) parte do pressuposto de que a história de todas as sociedades tem sido marcada pela luta de classes, cuja finalidade é a transformação de toda a sociedade ou o declínio conjunto das classes conflitantes.

Na Roma antiga, por exemplo, temos patrícios, guerreiros, plebeus e escravos; na Idade Média, senhores feudais, vassalos, membros de corporações, artesãos e servos; na Idade Moderna, *burgueses e proletários*. É no contexto dessas duas últimas classes que a sociedade capitalista se desenvolve, aliás, não se pode falar do Capitalismo sem se fazer menção a essas duas classes.

A moderna sociedade capitalista emerge da queda da sociedade feudal e substitui a manufatura medieval pela indústria moderna; os pequenos produtores pelos industriais milionários. Esta sociedade surge, de acordo com Denis (2000: 89), com o desenvolvimento comercial e industrial.

Esse desenvolvimento, de acordo com o mesmo autor, contribuiu para a emergência de uma classe capitalista, “que se compõe de industriais que fazem trabalhar assalariados, poderosos mercadores e banqueiros. [...]. Tem muitas vezes ligações com os reis, a quem empresta dinheiro. *A sua actividade consiste unicamente na procura do lucro*” (Denis, 2000: 89, grifo nosso).

Ainda que tenha surgido como negação da exploração e da opressão perpetradas pelo rei e pela nobreza medieval, a moderna sociedade capitalista não aboliu, como se esperava, as contradições entre classes, mas sim colocou, apenas, novas classes, novas condições de opressão e novas formas de luta no lugar das antigas. Na sua ascensão, tal como observa Marx (2011: 12), a burguesia mobilizou as massas e reiteradamente as traiu,

[...] destruiu as relações feudais, patriarcais e idílicas. Dilacerou sem piedade os laços feudais tão diferenciados, que mantinham as pessoas amarradas a seus “superiores naturais”, *sem pôr no lugar qualquer outra relação entre os indivíduos que não o interesse nu e cru do pagamento impessoal e insensível em dinheiro* [...] Dissolveu a dignidade pessoal no valor de troca e substituiu as muitas liberdades, conquistadas e decretadas, por uma determinada liberdade, a de comércio (Marx, 2008: 14, grifo nosso).

Do trecho, depreende-se que a sociedade burguesa capitalista é uma sociedade industrial, que cultua a liberdade de comércio, marcada por relações de opressão e exploração, que coloca o dinheiro no centro das relações humanas, formada e caracterizada pela concentração dos meios de produção nas mãos da classe burguesa e orientada para o *lucro*. A sociedade burguesa capitalista “é a associação fundada na concorrência” (Marx, 1985: 139).

É caracterizada, igualmente, pela divisão do trabalho, tida, em sua essência, como o modo pelo qual se realiza a igualdade das condições e das inteligências numa determinada agremiação humana. Contudo, Marx (1985: 120) entende que a divisão do trabalho, na sociedade burguesa, tornou-se um instrumento de miséria na medida em que limita o trabalhador a uma e única função, dificultando, assim, o seu desenvolvimento. Por isso, as reflexões de Marx visam encontrar uma via que suprima os inconvenientes da divisão do trabalho, conservando, simultaneamente, os seus efeitos úteis.

Além da divisão do trabalho, a sociedade burguesa capitalista é caracterizada pela concorrência, entendida, por Marx (1985: 87), como emulação objectivando o lucro. Marx reconhece a concorrência, todavia observa que ela engendra a miséria, fomenta a guerra civil, altera as *regiões naturais*, confunde as nacionalidades, perturba as famílias, corrompe a consciência pública, subverte as nações da equidade, da justiça, da moral, destrói o comércio livre e, em compensação, não oferece sequer o valor sintético, o preço fixo, honesto.

É por isso que, para viabilizar seus interesses, a burguesia capitalista colocou, tal como observa Marx (2008: 16), os povos tidos como bárbaros e semibárbaros na dependência dos conceituados civilizados, colocou as nações agrárias sob o jugo das burguesas, o Oriente sob o Ocidente, mundializando a produção e o consumo em todas as nações e explorando a mão-de-obra barata da classe proletária.

Enfim, a sociedade burguesa capitalista é uma sociedade caracterizada pela liberdade de comércio, por uma luta ininterrupta de classes, pela opressão e exploração e, sobretudo, pela busca incansável do *lucro*. Tendo-se chegado a este ponto, urge indagar que relação homem-natureza decorre das características da sociedade capitalista acima apresentada.

Tal como se viu na seccão anterior, o antropocentrismo moderno consagrou a capacidade humana de dominar a natureza. Dessacralizada, sem deuses, a natureza passou a ser tomada como uma natureza-morta, razão por que podia, sem nenhuma limitação, ser dominada, explorada e esquartejada.

Com a instituição do capitalismo essa tendência será levada às últimas consequências. [...] A *Revolução Industrial* evidencia a força dessas ideias[...] O século XIX será o triunfo desse mundo pragmático com a ciência e a técnica adquirindo, como nunca, um significado central na vida dos homens. A natureza, cada vez mais um *objeto a ser possuído e dominado*, é agora subdividida em física, química, biologia. O homem em economia, sociologia,

antropologia, história e psicologia. Qualquer tentativa de pensar o homem e a natureza de uma *forma orgânica* e integrada torna-se agora mais difícil (Gonçalves, 2006: 34, grifo nosso).

Do trecho apresentado, pode-se inferir que o Capitalismo, filho da Revolução Industrial, foi, portanto, o coveiro da forma orgânica de conceber a relação homem-natureza. *A crise da forma orgânica de conceber a natureza trouxe inúmeros ganhos na economia e na tecnologia em geral, porém foi acompanhada e tem sido acompanhada por muitos dissabores.*

Comentando sobre esses dissabores, Morin afirma que graças à ecologia, por exemplo, sabemos que “a biosfera é um contexto para aventura humana técnica e industrial, tê-lo ignorado conduziu-nos à degradação da biosfera, algo extremamente perigoso para nós” (Morin, 2007: 87). Ignorar que a biosfera é um contexto para a aventura humana técnica e industrial não seria possível dentro de uma concepção orgânica da natureza. Isso significa que a destruição da biosfera é produto, grosso modo, da relação homem-natureza que advém da lógica e dos princípios do Capitalismo.

Tendo-se chegado a esta constatação, urge voltar às questões apresentadas na introdução, urge questionar com que instrumentos teóricos se pode construir um sistema económico favorável a uma relação homem-natureza conducente a um Desenvolvimento Sustentável propriamente dito. Urge saber em que medida o Desenvolvimento Sustentável será viável sem a prévia substituição do actual modo de produção das condições materiais de existência (Capitalismo). Não será, o discurso do desenvolvimento sustentável, uma ideologia ao serviço das classes dominantes?

Concebida para mascarar os males do Capitalismo? Essas questões serão objecto de discussão na próxima secção. As reflexões apresentadas permitem concluir que a lógica capitalista tende a transformar a natureza em mero recurso económico, subordinando-a à dinâmica da acumulação do capital. Tal constatação constitui um ponto de partida fundamental para questionar a viabilidade do desenvolvimento sustentável nos marcos da racionalidade capitalista contemporânea.

3. Desenvolvimento sustentável: uma ideologia do Capitalismo?

O modo de produção capitalista trouxe vários ganhos em diversas áreas, porém, ao lado dos ganhos, encontramos inúmeros malefícios, tais como a degradação da biosfera, o desflorestamento, a transformação dos oceanos em lixeiras, a destruição da camada de ozono, o efeito estufa e o aquecimento global. Essas consequências são uma promova inequívoca de que o

modo de produção capitalista e os seus princípios não contribuem para uma relação harmónica entre o homem e a natureza.

Assim, é no contexto dos duros inconvenientes do modo de produção capitalista que surge o conceito de Desenvolvimento Sustentável, cujo aparente objectivo é militar, para que as necessidades das gerações actuais sejam satisfeitas de tal forma que as gerações futuras tenham, também, e tal como sublinha o Relatório Brundtland *apud* Sen (2009, p.210), capacidade de satisfazer as suas próprias necessidades

Contudo, em que medida o projecto do Desenvolvimento Sustentável (conf. *Guia sobre Desenvolvimento Sustentável*, 17 objectivos para transformar o nosso mundo) será possível numa sociedade regida por um modo de produção não sustentável? Orientado ao lucro? Será possível alcançar os objectivos do Desenvolvimento Sustentável sem a prévia substituição do actual modo de produção das condições materiais de existência (Capitalismo)? Não será, o discurso do Desenvolvimento Sustentável, uma ideologia ao serviço das classes dominantes? Concebida para mascarar os males do Capitalismo? Analise-se, antes de mais, o conceito de ideologia.

3.1. Ideologia

Literalmente, a ideologia é, de acordo com o *Dicionário de Filosofia* de Abbagnano (2007: 531), a análise das sensações e das ideias. Gramsci (1999: 2007) afirma que o mais eficiente propagandista literário da ideologia foi Destutt de Tracy (1754-1836) com a sua obra *Elements d'ideologie* (Paris, 1817-18). Nessa obra, o autor define a ideologia como ciência das ideias, como análise sobre a origem das ideias.

Marx não define directamente o conceito de ideologia, todavia pode-se fazer, a partir de trechos presentes em obras tais como a *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel-Introdução* e sobretudo *Ideologia Alemã*, uma inferência sobre o que o autor entendia por esse termo. Em *Ideologia Alemã*, Marx observa que “[...] em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo [...]” (Marx, 2001: 94). Nesse trecho, Marx sublinha a característica geral de toda a ideologia, que é, em síntese, apresentar elementos invertidos da sua posição real ou original, ou seja, toda ideologia apresenta uma inversão da realidade.

Mais adiante, Marx afirma que “A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia [...] Não têm história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam seu pensar e os produtos de seu pensar” (Marx, 2001: 94).

Nesse trecho, Marx apresenta os tipos de ideologia, que são, tal como se pode compreender, a moral, a religião, a metafísica, etc. e pretende enfatizar que a ideologia não tem história tampouco desenvolvimento autónomo, ela resulta, portanto, das relações de produção que se vêm desenvolvendo desde os primórdios da humanidade.

Na *Crítica da Filosofia do Direito* de Hegel, Marx afirma que “[...] o *homem* não é um ser abstracto, acorocado fora do mundo. O homem é o *mundo do homem*, o Estado, a sociedade. Esse Estado e essa sociedade produzem a religião, uma *consciência invertida do mundo*, porque eles são um *mundo invertido*” (Marx, 2010:145, grifo do autor).

Dessa asserção, pode-se inferir que a ideologia, que tem a religião como uma das suas manifestações, é, na perspectiva de Marx, uma consciência invertida do mundo, uma falsa consciência do mundo. A ideologia, em Marx, já não conserva o seu significado etimológico (estudo das ideias), mas sim reveste-se de um sentido negativo, opressor e exploratório, que é, tal como foi visto, o de *conjunto de ideias que visa transmitir uma consciência invertida da realidade, uma falsa consciência da realidade, com o propósito de perpetuar as condições de exploração e dominação*.

Foi a esse entendimento que Marx chegou depois de analisar a fundamentação moderna e contratualista do Estado. De acordo com Marx, o pensamento político moderno, sobretudo a tradição contratualista, esteve baseada em pressupostos que não correspondem à realidade, visto que o seu propósito era fundamentar o interesse dos burgueses: a propriedade privada.

De acordo com o autor, os pensadores modernos ignoraram a realidade e a situação concreta do homem no mundo, imaginando-o num estado hipotético, abstracto, sem ter em conta que “[...] a essência do homem não é uma abstracção inerente ao indivíduo isolado. Na sua realidade, ela é o conjunto das relações sociais” (Marx, 2001: 101).

Em síntese, a ideologia é um conjunto de ideias escondidas na educação, no direito e até na própria religião para transmitir uma falsa consciência da realidade, a fim de viabilizar o interesse de um dado grupo. A ideologia dificulta a percepção da realidade em sua essência, ou seja, prioriza a ideia em vez da realidade. As ideias partem da mente à realidade e não da realidade à mente. A ideologia é cega perante a realidade, recusa o confronto com a realidade, ela renova-se olhando para si mesma e é inimiga dos factos.

O conceito de desenvolvimento sustentável é, neste trabalho, entendido como uma ideologia que é que uma forma de mascarar os males do sistema capitalista e perpetuar o seu modo

selvagem e desumanizante de operação. Dado que o sistema capitalista é orientado para o lucro, que concebe a natureza como o seu próprio combustível, o Capitalismo carece de elementos estruturais capazes de possibilitar um Desenvolvimento Sustentável.

Pensar um Desenvolvimento Sustentável num sistema caracterizado pela concorrência selvagem, que concebe a natureza como algo a ser explorado, dominado e esquartejado, num sistema caracterizado pela busca incansável do lucro é como plantar arroz em solo arenoso e esperar ter uma boa colheita, ignorando o facto de que o arroz é uma planta hidrófila (amante da água), uma cultura que se desenvolve em solos aquáticos.

Dito de outro modo, o Capitalismo, na sua actual roupagem, carece de condições objectivas que possibilitem uma relação homem-natureza favorável ao Desenvolvimento Sustentável, pelo que ele não passa de uma ideologia da classe burguesa, cujo objectivo é transmitir uma falsa consciência da realidade e encobrir os duros males dele decorrentes.

O conceito de Desenvolvimento Sustentável, na actual lógica capitalista, é uma tentativa de colher arroz em solo arenoso: um empreendimento frustrado.

Se se tomar a Revolução Industrial (século XVIII) como o ponto de partido do Capitalismo, pode-se dizer que ele existe há mais ou menos dois séculos e 22 anos. Contudo, o bem-estar mundial por ele prometido, não foi e não tem sido cumprido, tal como demonstraram autores tais como Adorno, Horkheimer, Weaver, Jonas, Morin, etc. No lugar da planetarização do bem-estar, tem-se verificado e assistido a uma planetarização.

O Desenvolvimento Sustentável é uma ideologia porque no lugar de militar, para que as necessidades das gerações actuais sejam satisfeitas de tal forma que as gerações futuras tenham, também, capacidade de satisfazer as suas próprias necessidades, visa camuflar, *eufimizar*, mascarar, encobrir os males do Capitalismo e, assim, perpetuar a sua dominação. A não ser verdade, como é que se pode falar de sustentabilidade num sistema económico promotor da oposição homem-natureza? Insustentável? Selvagem? Centrado no lucro?

Tendo-se chegado às constatações apresentadas, urge reflectir se haverá, hoje, uma saída para o florescimento dos ideais do Desenvolvimento Sustentável. Urge pensar com que instrumentos teóricos se pode construir um sistema económico favorável a uma relação homem-natureza conducente a um Desenvolvimento Sustentável propriamente dito. Essas questões serão objecto de análise na próxima e última secção.

Deste modo, o Desenvolvimento sustentável revela-se contraditório quando defendido num sistema cuja lógica continua orientada para a expansão ilimitada da produção e do lucro. A crítica marxiana da sociedade capitalista surge, assim, como uma alternativa teórica relevante para repensar os fundamentos da relação homem-natureza.

4. Marxismo marxiano² : em busca de uma saída para o Desenvolvimento Sustentável

Que relação se pode estabelecer entre Marx e o Marxismo? Será Marx um marxista? Em sua produção filosófica, Marx não tinha, necessariamente, o propósito de criar programas intelectuais, pois ele entendia que “cada passo do movimento real é mais importante que uma dúzia de programas” (Marx, 2012: 20).

Por isso, apesar de ter iniciado as suas reflexões, usando, em seus escritos, uma linguagem filosófica e densa, típica da obra *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, mais tarde Marx adoptou um estilo popular. Portanto, a teoria de Marx (Materialismo dialéctico) não é um fim *em si* mesmo, mas sim um meio de promover a revolução, a sociedade comunista.

Maximilien Rubel *apud* Borbon (2007: 206) afirma que Marx foi crítico do Marxismo e é duvidosa a afirmação segundo a qual Marx pretendia fundar uma teoria como o Marxismo. Boron afirma que Marx foi admirado em sua época e houve gente que se denominou marxista, todavia ele chegou a afirmar: “Eu não sou marxista”.

Essa frase, explica Boron, foi proferida por Marx na presença de Engels entre 1880 e 1881. A frase foi dita em protesto contra o aproveitamento que se fazia de sua obra económica e política por pessoas tais como os possibilistas e guesdistas franceses, intelectuais e estudantes do partido operário alemão e amigos russos que interpretavam mecanicamente *O Capital*.

Neste sentido, os movimentos levados a cabo em nome de Marx, tal como o comunismo moderno, não são da responsabilidade de Marx. Responsabilizá-lo, exemplifica Boron, seria como culpar os pais pelos delitos dos filhos, seria, continua Boron (2007: 208), jogar sobre os ombros de Jesus de Nazaré a responsabilidade dos delitos cometidos ao longo da história de todos aqueles que levaram o sobrenome de cristãos.

Não se pode, conclui Boron, culpar o autor do *Manifesto do Partido Comunista* pelos erros e delitos dos que utilizaram com boa ou má fé o seu sobrenome. Contudo, isso não significa, em momento algum, que o pensamento de Marx seja perfeito ou acrítico. Defender Marx acriticamente

² Trata-se de um marxismo que coloca o pensamento de Marx no centro e não dos seus seguidores.

é entrar no domínio do dogmatismo, algo que Marx, por meio das suas obras, ele pretendia combater.

O Marxismo sobre o qual nos debruçamos procura resgatar os fundamentos reais do pensamento de Marx (marxismo marxiano), a fim de fazer face às novas condições de opressão e exploração. Trata-se, portanto, de uma fenomenologia do pensamento de Marx, de voltar a Marx em si.

4.1. A actualidade do pensamento de Marx

Boron (2007: 31) observa que se agrava, actualmente, o descrédito do Marxismo como teoria da sociedade e expandem-se de forma significativa os esforços para demonstrar as suas limitações a partir da invalidação prática de alguns de seus componentes, como, por exemplo, *a debilidade da consciência anticapitalista nas classes exploradas*.

Contudo, em *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas*, Boron (2007: 28) reflecte sobre a actualidade do pensamento de Marx e identifica dois factores que, ainda que não sejam os únicos, justificam ou fundamentam a actualidade do autor do *Manifesto do Partido Comunista*.

Em primeiro lugar pela reiterada incapacidade do capitalismo de enfrentar e resolver os problemas e desafios originados em seu próprio funcionamento [...] A outra é a não usual capacidade que este corpo teórico demonstrou para enriquecer-se em correspondência com o desenvolvimento histórico das sociedades e das lutas pela emancipação dos explorados e oprimidos pelo sistema (Boron, 2007: 38).

Que problemas se originaram do funcionamento do Capitalismo? A essa questão Boron responde que o sistema capitalista condena os seguimentos desfavorecidos das sociedades contemporâneas à exploração e a todas as formas de opressão, perpetuando a pobreza, a marginalidade e a exclusão social. Outrossim, o sistema capitalista faz uma exploração irracional da natureza por meio da mercantilização da água, do ar e da terra.

Não sendo os únicos, os inconvenientes do funcionamento do Capitalismo acima apresentados justificam, de acordo com Boron, a necessidade de se buscar uma visão alternativa da sociedade e uma metodologia prática para pôr fim a esta ordem das coisas. O pensamento de Marx revela-se, assim, como uma alternativa para interpretar e mudar a realidade que se está a viver no mundo contemporâneo. Um Marxismo racional e aberto pode contribuir decisivamente para superar a nossa situação actual, dando-nos instrumentos adequados para interpretar e mudar o mundo.

Para tal, é preciso, tal como observa BORON (2007, p.204), entender Marx sem os *ismos* que se criam em seu nome e contra o seu nome. O Marxismo como corrente pode apresentar

algumas limitações no discurso contemporâneo, se se quiser considerar as atrocidades que em nome dele foram cometidas, porém Marx

Para os novos escravos da época da economia global (que, segundo disse o professor de Surrey, Kevin Bales, andarão rondando os trinta milhões), para os novos servos do século XXI (que, segundo os informes de várias organizações internacionais são mais de trezentos milhões), para tantos e tantos imigrantes sem papéis os quais o capitalismo explora diariamente sem considerá-los cidadãos, para os proletários que estão obrigados a ver o mundo desde baixo (um terço da humanidade) e para alguns quanto milhares de pessoas sensíveis que decidiram olhar o mundo com os olhos destes outros (e sofrê-lo com eles), o velho Marx ainda tem algumas coisas a dizer (Boron, 2007: 211).

Do trecho transcrito, pode-se perceber que o pensamento de Marx é sugestivo para realizar uma análise crítica aos males do capitalismo. Tal como observa (Boron, 2007: 229), sem as ferramentas teóricas e perspectivas de análise do capital desenvolvidas por Marx dificilmente estaríamos em capacidade de compreender a actual dinâmica expansiva do Capitalismo mundial conhecido como processo de globalização neoliberal. A actualidade do pensamento marxista reside, portanto, no facto de possibilitar uma compreensão, denúncia e crítica da actual roupagem do Capitalismo (neoliberalismo).

Na mesma linha, Jonas (2006: 254) compreende que o Marxismo, por ser uma teoria que não se dirige ao lucro, uma teoria que defende uma economia centralizada e das necessidades, tem, diferentemente do Capitalismo, condições mais favoráveis para uma relação homem-natureza conducente ao Desenvolvimento Sustentável.

O Marxismo e o Capitalismo são herdeiros da filosofia de Bacon. A diferença reside no facto de que o Marxismo, diferentemente do Capitalismo, defende a união da técnica com a socialização. Ademais, para o Marxismo, não se trata de dominar a natureza para obter o lucro, aliás, o homem não pode dominar e esquartejar a natureza, pois ele é uma parte da mesma. Trata-se, portanto, de libertá-la dos grilhões da propriedade capitalista, pondo-a, apenas, ao serviço da satisfação das necessidades colectivas.

Assim, o planeamento centralizado de acordo com as necessidades colectivas típico do Marxismo pode evitar, de acordo com Jonas, os grandes desperdícios típicos da lógica da competição, bem como as desigualdades de uma produção de mercado que visa seduzir o consumidor. Este planeamento seria capaz, conclui o autor, de garantir o bem-estar material, economizando os recursos naturais.

Em síntese, ainda que a realidade dos países que, supostamente, seguiram a linha de pensamento de Marx não seja sugestiva para ilustrar os aspectos descritos, vale dizer que o marxismo marxiano (marxismo de Marx e não dos seus seguidores) é uma teoria da sociedade sugestiva para resistir e buscar uma saída para os actuais problemas da relação homem-natureza na sociedade capitalista e possibilitar um Desenvolvimento Sustentável propriamente dito.

A questão que ainda carece de respostas é: como se pode aproveitar os recursos teóricos do Marxismo no processo de resistência aos males do Capitalismo, com vista a emergência de uma relação homem-natureza favorável ao Desenvolvimento Sustentável?

Em síntese, o marxismo marxiano não oferece um modelo acabado para a resolução da crise ecológica contemporânea, mas fornece instrumentos teóricos importantes para compreender as raízes da degradação ambiental e para pensar formas alternativas de organização económica compatíveis com os princípios da sustentabilidade.

5. Conclusões

A ideia de Desenvolvimento Sustentável perpetrada pelas grandes organizações é, na sociedade capitalista em que vivemos, uma mera ideologia que, longe de beneficiar as gerações actuais e vindouras, visa perpetuar, de forma eufémica, os interesses da classe burguesa neoliberal.

O Desenvolvimento Sustentável “não tem pernas para andar” numa sociedade capitalista obcecada pela busca incansável e selvagem pelo lucro, pelo que só pode haver uma relação homem-natureza conducente ao Desenvolvimento Sustentável com a revisão pontual, estrutural e sistemática da lógica capitalista. Marx, no contexto da sua crítica ao Capitalismo, assumiu uma posição radical, segundo a qual a opressão e a exploração do proletariado não cessariam sem a eliminação das condições capitalistas de produção das condições materiais de existência.

Dito de outro modo, nada seria possível sem a eliminação do Capitalismo e a fundação da sociedade sobre novas bases. Os resultados da presente investigação permitem sustentar que a crise ecológica contemporânea não constitui um fenómeno accidental, mas uma consequência da racionalidade económica capitalista. Em suma, a visão orgânica da natureza foi progressivamente substituída por uma concepção instrumental que atingiu o seu auge com a modernidade e com a consolidação do capitalismo.

Neste contexto, a natureza passou a ser encarada predominantemente como objecto de exploração económica. À luz das reflexões de Marx, conclui-se que a efectivação dos ideais do

Desenvolvimento Sustentável exige mais do que reformas superficiais ou ajustamentos técnicos. Requer uma transformação das estruturas económicas e dos padrões de produção e consumo que subordinam a natureza á lógica do lucro. Embora o Marxismo marxiano não forneça respostas definitivas para todos os desafios ambientais actuais, oferece instrumentos críticos indispensáveis para denunciar as contradições do capitalismo contemporâneo e para fundamentar uma relação homem-natureza baseada na responsabilidade colectiva, na justiça social e na preservação das condições de vida das gerações futuras.

De igual modo, Jonas recorda que a responsabilidade para com as gerações futuras deve constituir um princípio ético orientador da acção humana. Tal acção exige que a produção económica, o desenvolvimento científico e a utilização dos recursos naturais sejam orientados não apenas por critérios de eficiência e rentabilidade, mas também pela preservação das condições que tornam possível a continuidade da vida humana e não humana no planeta.

Deste modo, sustenta-se que o Desenvolvimento Sustentável somente poderá deixar de ser uma formulação ideológica e converter-se num projecto histórico concreto quando estiver associado a uma profunda revisão das bases económicas, sociais e culturais que estruturam a sociedade contemporânea. Reflectir sobre a relação homem-natureza exige, portanto, a criação de uma Filosofia dos Modos de Produção, cujo fim seria militar em prol de um modo de produção cada vez mais favorável a uma relação homem-natureza conducente ao Desenvolvimento Sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORON, A. (2007). *A teoria marxista hoje: Problemas e perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO.
- CAPRA, F. (1982). *O ponto de Mutação*. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix.
- DESCARTES, R. (2001). *Discurso sobre o Método*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes.
- DENIS, H. (2000). *História do Pensamento Económico*. Tradução de António Borges Coelho. 8ªed. Lisboa: Livros Horizonte.
- GONÇALVES, C. (2006). *Os (Des) caminhos do Meio Ambiente*. 14. ed. São Paulo: Contexto
- GRAMSCI, A. (1999). *Cadernos do Cárcere*. V.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

JONAS, H. (2006). *O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para uma civilização tecnológica*. Tradução de Marijane Lisboa e Luiz Barros Montez. Rio de Janeiro: PUC Rio; Contraponto.

MARX, K. & ENGELS, F. (2008). *Manifesto do Partido Comunista*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular.

MARX, K. (2011). *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo.

MARX, K. (1985). *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Global.

MARX, K. (2010). *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo.

MARX, K. (2007). *A ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo

MARX, K. (2012). *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo.

MORIN, E. (2007). *Educação e Complexidade: os sete saberes e outros ensaios*. 4.ed. São Paulo: Cortez

SEN, A. (2009). *A Ideia de Justiça*. Tradução de Denise Bottmann e Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Schwarcz.

* Mestre e Doutorando em Filosofia pela Universidade Eduardo Mondlane. É docente a tempo parcial na Universidade Politécnica-A Politecnica.

Email: mausse.evaristo@gmail.com